



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

ARACAJU, JANEIRO DE 2017



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A) AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

1. – CARACTERIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ÓRGÃO

2. – PRINCIPAIS AÇÕES

2.1 – Desenvolvimento de Recursos Humanos

2.2 – Ações Operacionais

2.2.1 – Atividades Relacionadas a Secretaria de Apoio

2.2.2 - Atividades Relacionadas a Divisão de Acomp. de Gestão

2.2.3 - Atividades Relacionadas à Divisão de Auditoria

2.3 – Outros Trabalhos Realizados

3. – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assinatura manuscrita em azul, localizada abaixo do item 3.

Assinatura manuscrita em azul, localizada na parte inferior direita da página.



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

APRESENTAÇÃO

O controle interno é o departamento de controle do Poder Judiciário Estadual, criado em fevereiro de 2003, com organização e competências definidas através da Lei nº 4.701, de 24 de dezembro de 2002, tendo sido definidas suas atribuições pelo Ato n. 1623 da Presidência, em abril de 2003.

Através da Lei n.º 6.925 de 24 de Maio de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 25 de maio de 2010, o Controle Interno foi reestruturado com a criação de 03 (três setores) para atender melhor as demandas internas como também a dos órgão fiscalizadores.

Segundo o artigo 36 dessa última lei, o órgão tem a competência e responsabilidade pelo planejamento, coordenação e supervisão das atividades de Controle Interno do Tribunal de Justiça, cabendo ainda a orientação de procedimentos disciplinados pela legislação concernente a gestão financeira, patrimonial e de licitações, de conformidade com o disposto no Art. 72 da Constituição Estadual, atuando como Órgão Central do respectivo Sistema.

Para ratificar essa finalidade, o departamento de controle interno, implementou ações no sentido de estabelecer o controle do gasto público. A maior preocupação deste departamento foi seguir as determinações da Presidência e do Conselho Nacional de Justiça com referencia a implementação de melhorias da gestão em conformidade com a Resolução n. 171/2013, do CNJ.

As ações básicas deste Departamento de controle podem ser sumarizadas nos seguintes pontos: implementação de boas práticas administrativas, cronograma e plano quadrienal de auditorias e realização das mesmas.

Assinatura manuscrita em tinta azul, acompanhada de um pequeno círculo contendo o número 01.



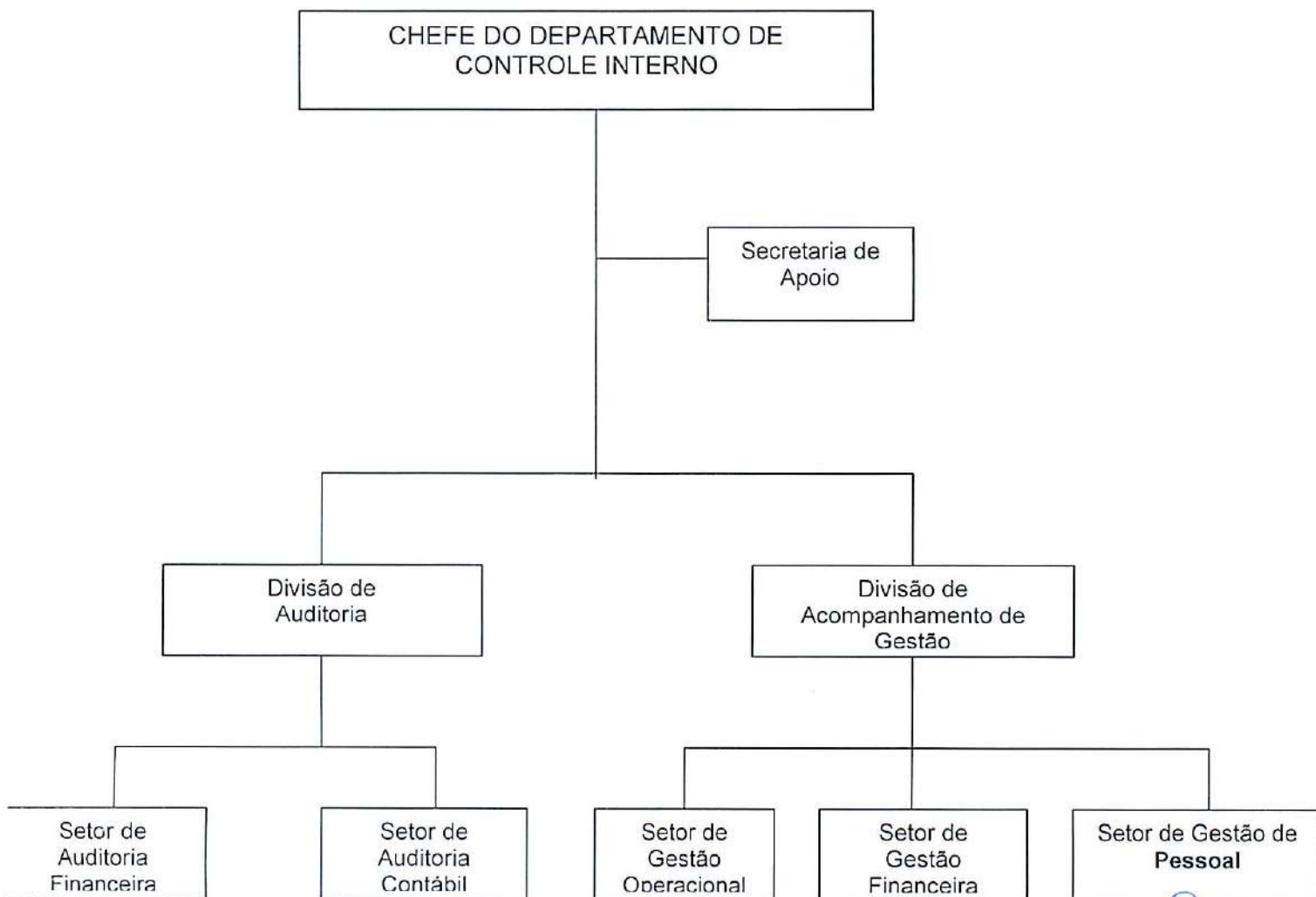
Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

A) AÇÕES DESENVOLVIDAS

1 - CARACTERIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ÓRGÃO

Compete o exercício pleno do controle e assessoria Contábil, orçamentária, e patrimonial do Poder Judiciário, quanto à legalidade, economicidade, visando à verificação da exatidão e regularidade das contas e a boa execução do orçamento, bem como de outras atividades necessárias ao cumprimento de suas atividades.

1.1 - ESTRUTURA



Ass. Rumor



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

2 - PRINCIPAIS AÇÕES

2.1 - RECURSOS HUMANOS

Em 2016, este Departamento teve em sua composição 12(doze) servidores, , sendo um Chefe do Departamento, uma secretaria de apoio, 06(seis) servidores lotados na Divisão de Acompanhamento de Gestão e 04 na Divisão de Auditoria. Ressalta-se, que a manutenção dessa estrutura é de suma importância para o cumprimento das boas práticas administrativas orientadas pelo CNJ.

No que se refere ao processo contínuo de atualização do conhecimento e desenvolvimento do corpo funcional, os servidores do departamento de controle interno no período a que se refere este relatório, participaram dos cursos conforme quadro a seguir:

CURSOS REALIZADOS			
INTERNOS	QTA. DE SERVIDORES TREINADOS	EXTERNOS	QTA. DE SERVIDORES TREINADOS
1 - Gestão do Conhecimento	04	1 - I Fórum Sergipano de Perícia Contábil	04
2 - Sistema Eletrônico de Informações - SEI BÁSICO	04	2- II Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário	01
3 - Gestão de Qualidade Total	04		
4 - Atualização em Língua Portuguesa	01		
5- Gestão Documental no Poder Judiciário	02		
6- Introdução à Gestão do Orçamento Público	03		
7- Boas Práticas de Atendimento no TJSE	02		

2.2 - AÇÕES OPERACIONAIS

Os dados das principais ações executadas por este departamento estão detalhados por setor/atividade, conforme descrição a seguir:



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

2.2.1 – SECRETARIA DE APOIO

- 1 – Encaminhamento de informações solicitadas pelos diversos setores deste Tribunal - cadastro no sistema protocolo;
- 2 – Controle e emissão de ofícios - foram emitidos 69 ofícios.

2.2.2 – DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO

Possui como função básica o acompanhamento das atividades internas do Tribunal de Justiça, através de análises de processos administrativos relativos a pagamento de despesas decorrentes de dispensas e inexigibilidades; processos licitatórios; reajuste de preço; adesões a ata de registro de preço; análise das restituições trabalhistas/previdenciárias a que aludem as Resoluções 169 e 183, ambas de 2013 do Conselho Nacional de Justiça e, analisar as inconsistências apresentadas pelo Sistema de Auditoria do TCE- SISAP quanto ao plano de contas, obras, orçamento, licitações, contratos, liquidações, pagamentos e atos de gestão de pessoas e, por fim, auxiliando o TCE e CNJ no cumprimento de suas determinações.

A Divisão de Acompanhamento de Gestão executou as seguintes atividades:

No exercício de 2016 foram analisadas 58 dispensas e inexigibilidades, sendo 26 destinadas a contratação de professores para ministrarem cursos e palestras; 6 participações de servidores em eventos externos; 5 para contratação de peritos externos; 2 para manutenção de veículo em garantia; 2 aquisições de software e demais para aquisições diversas.

Foram analisados 77 pregões; 5 Tomadas de Preços; 3 concorrências; 13 convites; 5 adesões a ata de registro de preços.



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Demais a isso, foram realizados atendimentos as consultas sobre retenções, isenções e imunidades tributárias, classificação orçamentária de despesa e outros procedimentos administrativos, além de subsidiar a Divisão de Auditoria no que se refere aos trabalhos de auditorias;

2.2.3 – DIVISÃO DE AUDITORIA

Tendo como função básica à promoção e realização de atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações do Tribunal de Justiça. Em conformidade com a resolução CNJ nº 171/2013 e parecer Nº 02/2013-SCI/Presi/CNJ planejou e executou as seguintes atividades:

- 1 - Elaboração do Plano Anual de Auditoria (2017), em anexo, aprovado pela presidência, conforme portaria nº 116/2016 GP1 e 403/2016 GP5;
- 2 - Elaboração e encaminhamento do Plano Anual de Capacitação em conformidade com o parecer nº 02/2013-SCI/Presi/CNJ, encaminhado à Presidência através do ofício nº 67/2016-DCI/TJSE
- 3 - Análise e assessoramento junto a Diretoria Financeira referente Prestação de Contas do exercício de 2015 deste Tribunal encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;
- 4 - Acompanhamento dos atos administrativos, através de leitura do Diário Oficial do Estado, verificando as publicações das Leis, Decretos, Portarias, Instruções Normativas, Convênios etc.;
- 5 - Atendimento as consultas dos Técnicos, Assessores e coordenadores, como por exemplo, classificação orçamentária de despesa, cálculo de tributos, planilhas de custos nas licitações, calculo de superávit financeiro do FERD e outros procedimentos administrativos;
- 6 - Elaboração e encaminhamento ao TCE do Relatório Trimestral de Auditoria;



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

7 - Auditorias por iniciativa deste Departamento de Controle de Controle Interno

- a) Centro Médico;
- b) Comissão de Orientação e Padronização de Procedimentos de Depreciação;
- c) Contabilidade;
- d) Coordenadoria de Material;
- e) Coordenadoria de Perícias;
- f) Divisão de Transportes;
- g) Fundo Especial de Recursos de Despesas - FERD (em andamento);
- h) Departamento de Obras;
- i) Prestação de contas TCE;
- j) Secretaria de Tecnologia da Informação.

8 - Auditoria por solicitação da Presidência

- a) Auditoria em Folha de Pagamento.

9- Acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal;

10 – Análise de balancetes, assim detalhados:

Tribunal de Justiça	Quantidade a receber em 2016 (A)	Quantidade efetivamente recebida em 2016 (B)	Quantidade de balancetes analisados em 2016 (c)	Percentual de balancetes à disposição deste Controle Interno (B)/(A)
Balancetes	12	11	11	92%



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Fundo Especial de Recursos e de Despesas	Quantidade a receber em 2016 (A)	Quantidade efetivamente recebida em 2016 (B)	Quantidade de balancetes analisados em 2016 (c)	Percentual de balancetes à disposição deste Controle interno
Balancetes	12	11	11	92%

11 - Acompanhamento das informações alimentadas no Menthor e no ERP, referente a pessoal, contábil e financeiras;

12 - Levantamento das pendências para atendimento à resolução CNJ Nº 215/2015 (Acesso à Informação).

2.2.3.1 – Outros Trabalhos Realizados

- 1 - Emissão das Orientações Técnicas Nº 01/2016 e Nº 02/2016 em resposta ao TCE referente ao mandado de citação 1218-2015 e referente a concessão de diárias nos órgãos público sergipanos respectivamente;
- 2- Acompanhamento das alterações de parâmetros contábeis e relatórios constantes na Prestação de Contas conforme Portaria STN n. 828/2011;
- 3 - Acompanhamento e participação na comissão de avaliação de bens no que se refere aos procedimentos contábeis de depreciação e ajustes no patrimônio deste Tribunal de Justiça;
- 4 - Assessoramento a Secretaria de Tecnologia da Informação e confecção de planilhas com relação ao cumprimento da Orientação do CNJ quantos aos procedimentos para revisão dos contratos que envolvem serviços conforme art. 7º da Lei 12.546/2011 e acórdão TCU 2.859/2013 referente aos cálculos de desoneração de folha de pagamento para os contratos de TI e Engenharia;



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

- 5 - Elaboração de cronograma e acompanhamento de atividades para o Fechamento do Balanço Patrimonial de 2016;
- 6 - Respostas de Diligências e mandados de citação do TCE e demandas do CNJ;
- 7 - Acompanhamento do Planejamento Estratégico;
- 8 - Orientação e visita a RFB quanto atualização do bens Imóveis.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que foi demonstrado, o Departamento de Controle Interno busca atingir seus objetivos no cumprimento de suas atribuições Constitucionais , além dos atos normativos Internos e as Resoluções expedidas pelo CNJ.

Pablo Roberto Nascimento Moreira
Chefe de Divisão de Auditoria
Em exercício

Duval Almeida Bidegain
Chefe de Divisão de Acompanhamento de Gestão

Jurandi Conrado
Chefe de Departamento de Controle Interno